

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **07.546.074/0001-77**, e Inscrição Estadual nº **03.057273-8**, com sede na Rua Beira Rio, 428, Bairro Santa Inês, Macapá-AP, CEP 689.901-470, fornece desde 03 de Dezembro de 2021, satisfatoriamente, os serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, jardinagem e copeiragem, para atender **TODAS AS UNIDADES** do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC - Super Fácil, com fornecimento de materiais e 70 (setenta) postos de trabalho, sendo 38 serventes, 18 copeiros e 14 jardineiros, distribuídos em nossas 14 unidades em 10 municípios do Estado do Amapá. No que diz respeito a capacidade de fornecimento, atendimento e qualidade do serviço, nada temos a reclamar, acrescentamos ainda que os serviços prestados estão sendo executados com maestria, atendendo todas as necessidades constantes no contrato de nº. 011/2021, estando o SIAC-SUPER FÁCIL, satisfeito com Empresa **CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI**.

Sem mais para o momento.

Macapá-AP, 17 de fevereiro de 2025.

RENATA APOSTOLO SANTANA
Diretora Geral SIAC/Super Fácil
Decreto de nº 0020/2023-GEA





Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

CONTRATO N.º 011/2021 – SIAC

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O ESTADO DO AMAPÁ, POR
INTERMÉDIO DO SISTEMA INTEGRADO
DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO -SIAC
E A EMPRESA CACTOS SERVIÇOS
GERAIS EIRELI, PARA OS FINS ABAIXO
DECLARADOS.**

Pelo presente instrumento, de um lado, o **ESTADO DO AMAPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC**, inscrita no **CNPJ nº 00.394.577/0001-25**, situada na Rua Cândido Mendes, 448-Centro, 68906-974 – Macapá-AP, neste ato representado por seu Diretor Geral em exercício, **Júnior Gomes da Silva**, brasileiro, casado, amapaense, **Carteira de Identidade nº 407836**, **CPF nº 952.792.702-10**, nomeado pelo Decreto nº 4440, de 29 de Novembro de 2021, publicado no DOE/AP nº 7.553, de 29 de novembro de 2021, residente e domiciliado no Residencial Oasis, Fazendinha, Casa 110, CEP 68.903-210 – Macapá-AP, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, inscrita no **CNPJ (MF) nº 07.546.074/0001-77**, com sede na Vila das Oliveiras, nº 171, Pedrinhas, CEP 68903-126 – Macapá-AP, neste ato representado por **DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº **7960535** e **CPF nº 040.559.332-58**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente **CONTRATO** em regime de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Este Contrato é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Estadual nº 2.648/2007 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE e seus anexos, constantes nos Processos SIGA nº 0002/SIAC/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a **execução de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e jardinagem com fornecimento de todos os materiais a serem utilizados na execução dos serviços em todas as unidades do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC.**

2.2. O presente contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Fazem parte integrante deste CONTRATO, independentemente de sua transcrição, os documentos constantes no Processo SIGA n.º 0002/SIAC/2020, em especial, os abaixo relacionados:

- a) Termo de Referência e apêndices;
- b) Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE;
- c) Pareceres Jurídicos da fase interna e externa;
- d) Proposta da Contratada, adjudicada e homologada;
- e) Resultado da Licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 130103 - SIAC; Fonte: 101 - FPE; - Programa de Trabalho nº 1.13.103.04.122.0066.2077.0.160000 M.S. A – (Manutenção dos serviços administrativos); Natureza de Despesa nº 33.90.37 – (Locação de mão-de-obra) e Nota de Empenho nº 2021NE00290, de 07/12/2021, no valor de R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), para ser executada no ano/exercício, no período de 03/12/2021 a 31/12/2021.

4.2. O preço do objeto deste Contrato foi estabelecido no valor global anual de **R\$ 2.217.299,92 (dois milhões duzentos e dezessete mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**, com valor mensal de **R\$ 184.774,99** (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos) sendo executado e pago de acordo com a certificação do serviço, conforme valores definidos na Planilha de Formação de Preços e Composição de Custo da empresa, conforme Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021 – CLC/PGE.

4.2.1. Conforme expendido pela Direção Geral do SIAC, o contrato contemplará todos os postos licitados no Pregão Eletrônico nº 0088/2021 – CLC/PGE, conforme valores do item 4.2.. Todavia, em razão do devidamente comprovado pelo Ofício 00430/2021 da empresa R. P.SANTOS, algumas Unidades do SIAC-SuperFácil estão em processo de manutenção predial (reforma), de modo efetivamente se iniciará a prestação dos serviços com o quantitativo de 12 (doze) copeiras, 09 (nove) jardineiros e 25 (vinte e cinco) serventes, sendo que serão admitidos os demais postos à medida que as Unidades em manutenção tenham seus serviços concluídos, evitando-se prejuízo ao erário com o dispêndio irrazoável.

4.2.2. O desembolso inicial, com base no item 4.2.1, corresponde ao valor mensal de **R\$ 151.514,44 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e quatorze reais e quarenta e quatro centavos)**, podendo o mesmo ser modificado à medida que cessar a circunstância do item acima;

4.3. Os preços adotados pela Contratada nas faturas que forem emitidas poderão sofrer supressões (glosas), em caso de descumprimento de obrigações previstas neste Contrato, sendo estas devidamente sancionadas pela Administração Contratante,



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

4.4. Os preços ora estipulados vigorarão até o término do prazo de vigência inicial previsto neste Contrato, uma vez que estes poderão sofrer alterações em decorrência de manutenções econômicas financeiras estabelecidas por Termos Aditivos e/ou Apostilamentos, durante o limite temporal da vigência do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado, mediante ordem bancária em conta corrente, até o 10º (décimo) dia útil da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5.2. A contratada deverá encaminhar até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a Nota Fiscal/Fatura em nome da Contratante, descontadas quaisquer eventuais glosas de valores, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

5.3. Será considerada, para fins de pagamento, a data do “atesto” certificando o cumprimento definitivo do serviço por este SIAC/SUPER FÁCIL.

5.4. Para efeito de cada pagamento mensal a Contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com as Notas Fiscais/Faturas:

- a) Guia do recolhimento do INSS do mês anterior ao serviço que se refere à fatura;
- b) Guia de recolhimento do FGTS do mês anterior ao serviço que se refere à fatura;
- c) GFIP correspondente às guias de recolhimento do INSS e FGTS, relativas ao mês anterior ao do faturamento, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, por tomador de serviço;
- d) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- h) Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços No Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC, assinados pelos mesmos;
- i) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS individualizada aos trabalhadores prestando ou que tenham prestado serviços no Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC;
- j) Cópia dos recibos de entrega dos vales-transportes e vales-alimentação de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço no Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC, caso haja a obrigatoriedade do pagamento, em caso da contratada fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

comprovantes de crédito disponível nos cartões dos referidos funcionários;

k) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviço no Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC;

l) Atestado de optante pelo SIMPLES (Anexo IV da Instrução Normativa SRF n.º 480, de 15 de dezembro de 2004);

5.5. A comprovação de que trata o item anterior é demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais correspondentes ao mês da obrigação ou do mês anterior, quando não vencidas as referidas obrigações.

5.6. O CNPJ constante da Nota Fiscal e de todos os documentos dos quais deva constar deverá ser o mesmo indicado no preâmbulo do Contrato e na proposta comercial apresentada por ocasião da licitação.

5.7. Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida por inexatidão, o novo prazo será contado a partir da sua reapresentação e novo "atesto".

5.8. A devolução da Nota Fiscal/Fatura não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda a prestação dos serviços.

5.9. A contratada indicará na Nota Fiscal/Fatura o nome do Banco e o número da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

5.10. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o SIAC/SUPER FÁCIL.

5.11. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.12. A atualização financeira prevista no item anterior será incluída na Nota Fiscal/Fatura correspondente a ocorrência.

5.13. O pagamento dos salários dos empregados não está condicionado ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura e deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços.

5.14. As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a Contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas dos pagamentos referente ao mês que ocorrer sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em Edital.

5.15. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.16. Conforme Decreto Estadual nº 1278/11, no momento da liquidação da despesa, a Contratada deverá comprovar perante a contratante por meio das respectivas certidões, que se encontra adimplente com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;

5.17. A mora na apresentação das certidões ou documentos pertinentes ou a reiterada procrastinação em apresentá-los é causa de rescisão do contrato

5.18. Eventuais discussões sobre condições de pagamento devem seguir as regras estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

6.1.1. A produtividade mínima, para os serviços de limpeza, conservação e higienização, considerada para efeito de composição deste Termo de Referência será adotada de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP nº 5/2017 e alterações, devendo atender integralmente às necessidades da contratante.

6.1.2. A estimativa de mão de obra necessária para execução dos serviços de limpeza, conservação e copeiragem será calculada com base na produtividade mínima de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI-MP nº 5/2017 e suas alterações.

6.1.3. Os serviços especificados neste Termo de Referência não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas.

6.1.4. Os serviços de limpeza, conservação e higienização serão executados por profissionais capacitados.

6.1.5. A prestação dos serviços deverá observar as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e legislação complementar, além dos dispositivos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho de 2017 das categorias profissionais envolvidas na contratação.

6.2. ÁREAS DE ATENDIMENTO E ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE MÍNIMA DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO

6.2.1. Os serviços de limpeza, conservação e higienização serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado (m²), observando a peculiaridade, a produtividade, periodicidade e frequência de cada



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

tipo de serviço.

6.2.2. Os índices de produtividade mínima de limpeza nas áreas das unidades do SIAC foram estabelecidos em função do tipo de área a ser limpa, de sua complexidade, e a força de trabalho necessária à execução dos serviços, considerando-se, ainda, o prazo determinado para tal atividade, como assevera a Instrução Normativa SLTI-MP nº 5/2017 e suas alterações.

6.2.3. O dimensionamento da área física a ser limpa e conservada foi obtido com base na medição da área total ocupada por cada uma das Unidades do SIAC que necessitam desses serviços.

6.2.4. Os índices de produtividade adotados como de referência nos serviços de limpeza e conservação serão os estabelecidos no anexo I-B item 3.1 da IN MPOG/SLTI nº 05/2017, calculados para uma jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, de segunda a sábado, nos locais indicados no item 7.1, observada a produtividade prevista neste Termo de Referência, ou seja:

I. Áreas internas:

a) Pisos acarpetados: 800 a 1.200 m²;

b) Pisos frios: 800 a 1.200 m²;

II. Áreas externas:

a) Pisos pavimentados (garagem): 1.800 a 2700m²;

b) Varrição de passeios e arruamentos: 6.000 m²;

c) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1.800 m²;

III. Esquadrias externas:

a) face externa sem exposição à situação de risco: 300 m²;

b) face interna sem exposição à situação de risco: 300 m².

c) face externa com exposição à situação de risco: 130 m²

6.2.5. A contratada estará impedida de utilizar outros índices de produtividade, conforme a IN MPOG/SLTI nº 5/2017.

6.2.6. Os serviços serão prestados pela contratada por meio de seus empregados com a qualificação mínima de serventes.

6.3. LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.3.1. As áreas aqui indicadas são aquelas atualmente utilizadas pelas 14 unidades do SIAC, o que implica dizer que, outras poderão ser incluídas/excluídas ou, até mesmo, as atuais serem aumentadas/reduzidas, de acordo com as necessidades que se apresentarem ao longo da vigência do contrato.

6.3.2. Os serviços de limpeza, conservação e higienização serão executados nas dependências das 14 unidades do SIAC, compreendendo os estacionamentos e demais instalações, conforme endereços abaixo:



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

Nº	LOCAL	ENDEREÇOS
01	SIAC CENTRO	Rua Cândido Mendes, 448 – Centro – Macapá-AP
02	SIAC ZONA NORTE	Rod. 156, nº 891 – São Lázaro – Macapá-AP
03	SIAC ZONA SUL	Rua Claudomiro de Moraes, s/n-N. Buritizal-Macapá-AP
04	SIAC BEIROL	Rua Jovino Dinoá, s/nº – Beírol – Macapá-AP
05	SIAC ZONA OESTE - MCP	Rod. Duca Serra km 03 Cabralzinho – Macapá-AP
06	SIAC SANTANA	Av. Santana, nº 02 – área Portuária – Santana-AP
07	SIAC TARTARUGALZINHO	BR 156, S/N-Terminal Rodoviário – Tartarugalzinho-AP
08	SIAC OIAPOQUE	Rua Joaquim Caetano, 1000 – Centro – Oiapoque-AP
09	SIAC CALÇOENE	Rua João Anastácio, s/nº - Centro –Calçoene-AP
10	SIAC FERREIRA GOMES	Rua Costa e Silva, s/n – Centro –Ferreira Gomes-AP
11	SIAC LARANJAL DO JARI	Rua Tancredo Neves, 2362 – Agreste – Laranjal do Jari
12	SIAC PEDRA BRANCA	Av. Francisco Brás, s/n – Centro-Pedra Bca do Amapari
13	SIAC PORTO GRANDE	Av. Soldado Valdinei P. dos Santos, nº189-N. Esperança – Porto Grande
14	SIAC SERRA DO NAVIO	Rua BC-2, nº 110 – Vila Primária – Serra do Navio

6.3.3. Na execução dos serviços deverão ser empregados serventes, copeiros e jardineiros, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos.

6.4. QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS E JORNADA DE TRABALHO

6.4.1. Os serviços serão executados nos dias úteis, de segunda a sábado, salvo em casos extraordinários. Os horários dos serviços serão os seguintes:

CATEGORIA	HORÁRIO
Servente	De segunda a sexta, das 07:00 às 11:00h - 13:00 às 17:00h, e sábado das 08 às 12h, não excedendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos termos do Decreto-Lei nº 5.452/43.
Jardineiro	De segunda a sexta, das 07:00 às 11:00h - 13:00 às 17:00h, e sábado das 08 às 12h, não excedendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos termos do Decreto-Lei nº 5.452/43.
Copeiro	De segunda a sexta, das 07:00 às 11:00h - 13:00 às 17:00h, e sábado das 08 às 12h, não excedendo o total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos termos do Decreto-Lei nº 5.452/43.

6.4.2. As jornadas de trabalho, sempre que possível, deverão anteceder ou suceder a dos servidores nas unidades administrativas, de forma a evitar que a execução dos serviços interfira no atendimento de terceiros ou nas atividades internas das respectivas unidades.

6.4.3. Os horários de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do SIAC, que deverá comunicar a contratada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias, desde que obedecida carga horária conforme o Decreto-Lei nº 5.452/43 e definida neste contrato.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

6.4.4. A contratada colocará à disposição da contratante preposto habilitado, copeiros, jardineiros e serventes aptos à realização dos serviços de limpeza e conservação, em quantidade correspondente a produtividade (mínima) x tamanho da área, pertencentes ao seu quadro de empregados.

6.4.5. Quantitativo de Serventes, Copeiros e Jardineiros.

6.4.5.1. A contratada colocará à disposição da contratante o quantitativo mínimo de serventes, copeiros e jardineiros de acordo com a produtividade (mínima) x tamanho da área, estabelecidas pela Portaria nº 42-SLTI, de 11 de Agosto de 2011, o total das áreas e esquadrias encontra-se no quando abaixo:

6.4.5.2. A contratada distribuirá o seguinte quantitativo mínimo de acordo com tamanho da área dos prédios do SIAC e anexos, conforme a tabela abaixo:

Nº	UNIDADE	Área Interna (m²)	Área Externa (m²)	Esquadria e Vidro (m²)	Área Total Convertida (m²)	H/Est. Servente	H/Est. Copeiro	H/Est. Jardineiro
01	SIAC CENTRO (2 Pavimentos)	1.545,82	580	165	2.290,82	06	01	01
02	SIAC BEIROL	911,13	0,000	255	1.166,13	02	01	-
03	SIAC SUL (2 Pavimentos)	1.709,40	881,70	700	3.291,10	04	01	01
04	SIAC OESTE	1.466,28	313,95	225	2.005,23	03	01	01
05	SIAC NORTE	1.178,17	1.865,77	180	3.233,94	04	01	02
06	SIAC SANTANA (2 pavimentos)	1.735,19	300	190	2.225,19	03	01	01
07	SIAC P. GRANDE	362	1.100	60	1.522	01	01	01
08	SIAC S. NAVIO	130	100	35	265	01	01	01
09	SIAC P. BRANCA	100	110	10	220	01	01	-
10	SIAC F. GOMES	200	50	12	262	01	01	-
11	SIAC TARTARUGAL	350	60	20	430	01	01	-
12	SIAC CALÇOENE	320	1.400	25	1.745	01	01	01
13	SIAC OIAPOQUE	455,16	458,56	120	1.033,72	01	01	01
14	SIAC L. JARI (2 pavimentos)	561,50	300	180	1.041,50	02	01	01
TOTAL						31	14	11
TOTAL GERAL						56		

6.5. MODOS DE EXECUÇÃO

6.5.1. Os serviços serão prestados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da CONTRATADA, nas dependências das unidades administrativas do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC.

6.5.2. A fiscalização, a atestação dos serviços e o encaminhamento para liquidação e



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

pagamento serão realizados por servidor ou Comissão deste SIAC/Super Fácil formalmente designado (a) através de Portaria para esse fim.

6.5.3. Os SERVENTES DE LIMPEZA deverão executar os seguintes serviços:

6.5.3.1. ÁREA INTERNA

6.5.3.1.1. DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

- a) Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- b) Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- c) Proceder a lavagem de bacias, assentos e piaas dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- d) Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- e) Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de granito e emborrachados;
- f) Varrer os pisos de cimento;
- g) Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- h) Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- i) Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- j) Limpar os elevadores com produtos adequados;
- k) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- l) Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- m) Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;
- n) Limpar os corrimãos;
- o) Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- p) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.5.3.1.2. SEMANALMENTE, uma vez, quando não explicitado.

- a) Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- c) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético;
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

móveis encerados;

- e) Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- f) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- g) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- h) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- i) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- j) Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- k) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.5.3.1.3. MENSALMENTE, uma vez.

- a) Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- b) Limpar forros, paredes e rodapés;
- c) Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- d) Limpar persianas com produtos adequados;
- e) Remover manchas de paredes;
- f) Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- g) Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

6.5.3.1.4. SEMESTRALMENTE, uma vez quando não explicitado.

- a) Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato;
- b) Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias;
- c) Lavar pelo menos uma vez a cada semestre, as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las.

6.5.3.2. ÁREAS EXTERNAS

6.5.3.2.1. DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

- a) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- b) Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- c) Varrer as áreas pavimentadas;
- d) Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- e) Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

f) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.5.3.2.2. SEMANALMENTE, uma vez.

- a) Limpar e polir todos os metais (tomeiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- b) Lavar os pisos vinílicos, de granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- c) Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- d) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.5.3.2.3. MENSALMENTE, uma vez.

- a) Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;
- b) Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas;
- c) Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados por esta IN 05/2017-SLTI-MPOG, devendo receber tratamento diferenciado.

6.5.3.3. ESQUADRIAS EXTERNAS

6.5.3.3.1. QUINZENALMENTE, uma vez.

- a) Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos ante embaçantes.

6.5.3.3.2. SEMESTRALMENTE, uma vez.

- a) Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos ante embaçantes.

6.5.4. O JARDINEIRO deverá executar os seguintes serviços:

6.5.4.1. DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

- a) Executar diariamente a limpeza de todos os jardins, calçadas e estacionamentos, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações, de papéis e qualquer outro tipo de lixo ou entulho.
- b) Conservação e manutenção dos canteiros, jardins e demais áreas verdes.
- c) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.
- d) Efetuar a irrigação das áreas verdes e/ou jardins, de maneira completa.
- e) Em período de estiagem prolongada, todas as áreas verdes e/ou jardins deverão ser irrigadas pela manhã antes do sol forte, a fim de evitar o fenecimento.
- f) Na estação das chuvas, a irrigação deverá ser feita somente nos intervalos entre elas.
- g) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.5.4.2. MENSALMENTE, uma vez.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

- a) Proceder a capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.
- b) Poda e limpeza de espécies ornamentais – arbustivas, arbóreas e forrações (paisagismo).
- c) Os serviços de paisagismo com jardinagem, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços contemplados pela Instrução Normativa SLTI-MP n.º 2/2008 e suas alterações, devendo receber tratamento diferenciado.

6.5.5.O COPEIRO deverá executar os seguintes serviços:

6.5.5.1. DIARIAMENTE, uma vez quando não explicitado.

- a) Preparar o café em horários preestabelecidos;
- b) Servir café e água em horários preestabelecidos, reuniões e eventos, ou sempre que solicitado;
- c) Recolher das salas a louça utilizada para servir café e água;
- d) Preparar e servir lanches e sucos quando solicitado;
- e) Repor, quantas vezes for necessário, a água mineral servida aos usuários, fazendo sempre uso de suporte e cobertura dos copos;
- f) Preparo de bandejas, pratos e mesas;
- g) Recolhimento de xícaras, copos, garrafas térmicas, jarras e demais utensílios, durante o expediente das unidades administrativas do SIAC/SUPER FÁCIL;
- h) Proceder à reposição de copos descartáveis para os locais onde possuem bebedouros;
- i) Lavar todos os utensílios da copa, talheres, copos, pratos, xícaras, panelas, bandejas, bules, etc. Com emprego de detergentes biodegradáveis e de esponja e/ou pano de limpeza macios para que não produzam qualquer tipo de arranhão e/ou dano a peça a ser limpa;
- j) Limpar piso, bancada, pia, parte externa dos bebedouros, etc., no interior das copas, nos intervalos de preparo do café. O asseio e conservação da copa é de fundamental importância, principalmente quanto ao piso, que deverá estar constantemente seco, objetivando evitar acidentes;
- k) Limpar todos os móveis e equipamentos (mesas, armários, geladeiras, fogões, utensílios de copa, etc.) com produtos apropriados, ou sempre que necessário, cuidando para que não permaneçam quaisquer resíduos de alimentos ou gordura;
- l) Descartar o lixo da copa, sempre que necessário, em sacos plásticos resistentes ao transporte do mesmo;
- m) Executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade atinente à função;
- n) A programação dos serviços será feita periodicamente e deverá ser cumprida pela empresa, com atendimento sempre cortês.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

6.5.5.2. SEMANALMENTE, uma vez quando não explicitado.

a) Lavar, limpar, desinfetar e higienizar as dependências internas das copas, incluindo pias, sifões, torneiras, registros, móveis, armários e outros, bem como carrinhos e eletrodomésticos (geladeira, bebedouros e outros), fazendo uso de pano macio e produtos adequados a cada tipo de material a ser limpo e não prejudiciais à saúde humana, conservando o mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança.

6.6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.6.1. Nos termos do Anexo VI-B, "c", da IN nº 5/2017 - SLTI/MPOG e atualizações, a contratada deverá adotar as seguintes providências, sem prejuízo de outros critérios e práticas de sustentabilidade constante no Cadernos de Logística para Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação:

6.6.6.1. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE, de 3/11/1995, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

6.6.6.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

6.6.2. O Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC obriga a empresa contratada a implantar na execução dos serviços boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários para a execução do serviço, atender às normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis.

6.6.3. Deverão ser adotadas pela CONTRATADA todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre a matéria, dentre as quais, as seguintes:

a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os produtos utilizados na prestação dos serviços devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d) Que os produtos utilizados na prestação dos serviços não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

- e) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, conforme a Lei nº 12.305/2010; e
- h) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- i) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
 - i.1.) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
 - i.2.) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - i.3.) Racionalização/economia no consumo de energia elétrica;
- j) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas da chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- k) Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA n.º 258, de 26 de agosto de 1999.

6.7. MATERIAIS DE CONSUMO

6.7.1.A contratada deverá fornecer, mensalmente, os materiais constantes no Anexo I, deste contrato.

6.7.2.A contratada se responsabiliza em informar com antecedência de 24 horas ao Fiscal do Contrato a data e horário de entrega dos materiais de consumo, sendo que a data de entrega desses materiais não pode ultrapassar a data pré-determinada, que deverá acontecer sempre em dia de expediente, bem como, não ultrapassar o horário 17h, sob pena da contratante não efetuar o recebimento dos produtos, **a contratada deverá efetuar a entrega dos materiais em cada unidade do SIAC nos endereços mencionados no item 7.2 do Termo de Referência**, para seus respectivos coordenadores.

6.7.3.Os materiais a serem utilizados nos serviços de limpeza e conservação deverão possuir registro no Ministério da Saúde, quando cabível, e serem de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender aos serviços, devendo conter em suas embalagens o nome do fabricante, a marca e as demais especificações necessárias à ação fiscalizadora.

6.7.4.A contratada deverá manter estoque mínimo para 30 (trinta) dias dos materiais necessários à completa execução do objeto deste contrato nos locais da prestação dos serviços.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

6.7.5. Os materiais entregues deverão vir acompanhados da Nota Fiscal, discriminando quantidades, espécie, peso volume e serão vistoriados, conferidos e aprovados pelo Fiscal do Contrato.

6.7.6. A contratada deverá imediatamente substituir os materiais que estejam em desacordo com os parâmetros definidos no Anexo I do Termo de Referência.

6.7.7. Os materiais de uso durável serão substituídos somente quando houver necessidade.

6.7.8. As despesas referentes a todos os materiais utilizados nos serviços de limpeza, conservação e higienização correrão às expensas da contratada, estando o custo incluído no valor total da proposta.

6.7.9. A relação quantitativa e periódica de material não é exaustiva e, muito menos, exime a contratada da total responsabilidade do fornecimento de outros materiais necessários e/ou reposição do estoque devido a variações de consumo, necessários à perfeita execução dos serviços.

6.8. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

6.8.1. A contratada, para prestação dos serviços, deverá manter em todas as unidades do SIAC conforme endereço mencionado no **item 7.2** do Termo de Referência, os equipamentos e máquinas especificados (incluídos todos os acessórios) nas quantidades constantes no **Anexo II do Termo de Referência**, em estado de novo e em perfeitas condições de funcionamento, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações.

6.8.2. Todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de propriedade da contratada, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos funcionais, escadas, etc., deverão ser identificados de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do SIAC/SUPER FÁCIL.

6.8.3. A contratada deverá disponibilizar equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica da contratante.

6.8.4. Os equipamentos referem-se ao mínimo necessário em 30 (trinta) dias para a realização dos serviços. Entretanto, qualquer outro equipamento ou máquina necessários e/ou acréscimos nos quantitativos deverá ser fornecido pela contratada e sem ônus para a contratante.

6.8.5. Todos os equipamentos utensílios necessários as execuções dos serviços deverão ser de boa qualidade e mantidos em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.

6.8.6. Os equipamentos e ferramentas deverão ser substituídos, sem ônus para o SIAC/SUPER FÁCIL, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio, ficando a contratada responsável pela guarda de seus equipamentos e de suas ferramentas de trabalho.

6.9. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI's

6.9.1. Deverão ser fornecidos pela Contratada os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, sendo estes ditos essenciais à integridade física do trabalhador, não sendo



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

permitida sua ausência na execução dos serviços, sob pena da contratada sofrer as sanções determinadas neste contrato;

6.9.2. Os EPI's deverão ser efetivamente utilizados, quando de situações que necessitem de sua utilização, ficando a contratada responsável pela orientação da correta utilização dos equipamentos e o Fiscal do Contrato de cobrar a utilização e o fornecimento dos mesmos;

6.9.3. Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Termo de Referência, nas condições do item anterior, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa.

6.9.4. O quantitativo de EPI's a serem utilizados deverá ser determinado pela contratada, tomando-se como base o número de empregados necessários à perfeita execução dos serviços, a produtividade de referência e a vida útil do equipamento envolvido;

6.9.5. Os EPI's deverão ser substituídos, sem ônus para o SIAC/SUPER FÁCIL, sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio, ficando a contratada responsável pela guarda dos mesmos.

6.10. UNIFORMES

6.10.1. A contratada deverá manter os profissionais obrigatoriamente uniformizados de forma condizente com o serviço a executar e identificado mediante uso permanente de crachá, com foto e nomes visíveis, a ser confeccionado pela própria contratada.

6.10.2. A contratada deverá fornecer até 05 (cinco) dias antes do início da execução e, posteriormente a cada 6 (seis) meses, considerando a data inicial do contrato, 02 (dois) conjunto de uniforme para cada profissional, semestralmente, conforme especificação constante no quadro abaixo.

Categoria	Descrição	Quantidade necessária por servente (Anual)
Servente	Camisa malha 100% algodão, mangas curtas, com gola esporte, com emblema da empresa pintado.	02
	Calça, confeccionada em tecido brim, na cor da camisa.	02
	Sapato preto hidrofugado	02
	Crachá	01
	Bota de EPI de Couro Elástico Bidensidade	02
	Máscara de Proteção Individual em Tecido 100% algodão com slogan (logotipo) da empresa	04



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

Categoria	Descrição	Quantidade necessária por servente (Anual)
Jardineiro	Camisa malha 100% algodão, mangas curtas, com gola esporte, com emblema da empresa pintado.	02
	Calça, confeccionada em tecido brim, na cor da camisa.	02
	Bota sete léguas cano longo	02
	Crachá	01
	Máscara de Proteção Individual em Tecido 100% algodão com slogan (logotipo) da empresa	04

Categoria	Descrição	Quantidade necessária por servente (Anual)
Copeiro	Camisa mangas curtas, confeccionada em tecido Oxford, na cor usual da empresa, com emblema da empresa bordado.	02
	Calça, confeccionada em tecido Oxford, na cor usual da empresa.	02
	Bata, confeccionada em tecido Oxford, com emblema da empresa bordado no peito, com sianinha nas mangas, se mulher.	02
	Sapato preto ou mocassim	02
	Crachá	01
	Máscara de Proteção Individual em Tecido 100% algodão com slogan (logotipo) da empresa	04

6.10.3. A contratada poderá apresentar o modelo de seu uniforme para aceitação do SIAC/SUPER FÁCIL, desde que atenda o quantitativo apresentado no quadro abaixo de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

6.10.4. Os uniformes completos deverão ser fornecidos pela empresa contratada aos funcionários na presença do Fiscal do Contrato, no início da prestação dos serviços, ou seja, no início do contrato. E, substituídos por novos, a cada 06 (seis) meses, devido ao



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

desgaste provocado pelo uso constante, conforme quantidades mínimas exigidas na legislação em vigor, apresentado o respectivo recibo de entrega no Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão – SIAC (unidade CENTRO).

6.10.5. O custo com uniformes e equipamentos não poderá ser repassado aos profissionais, assim como não poderá ser exigida a devolução do uniforme usado quando proceder à entrega dos novos, só no fim do contrato.

6.10.6. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, durável e que não desbote nem amasse facilmente.

6.10.7. Os uniformes, de todas as categorias, deverão conter o emblema da contratada, de forma visível, preferencialmente, na própria camisa.

6.10.8. A contratada, por intermédio de seu preposto, deverá orientar o profissional quanto à responsabilidade pelo zelo e conservação do uniforme.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da contratada:

7.1.1. Na execução do objeto do presente contrato, a contratada disponibilizará os meios necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados neste instrumento, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da contratante eximirá a contratada das suas responsabilidades provenientes do contrato, obrigando-se ainda a:

7.1.2. Executar os serviços de conformidade com a programação e orientação estabelecidas pela contratante, primando pela eficiência e cordialidade, qualificando e orientando os funcionários para que se comportem com postura profissional e apresentem padrões de eficiência e higiene compatíveis com a prestação dos serviços especificados neste contrato.

7.1.3. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

7.1.4. Manter um representante responsável pelo gerenciamento dos serviços, exercendo a supervisão necessária e com poderes de representação ou de preposto para tratar com a contratante.

7.1.5. Apresentar a contratante, relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas e substituições se houver, escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.

7.1.6. Facilitar a fiscalização efetuada por órgãos de controle, comunicando a contratante o resultado das inspeções.

7.1.7. Acatar a fiscalização por parte do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

7.1.8. Comunicar a contratante, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual, assim como todas as ocorrências anormais;

7.1.9. Atribuir ao preposto às tarefas de coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, devendo cuidar da disciplina, controlar através de relógio de ponto a frequência e a apresentação pessoal dos empregados, bem como manter estreito contato com o Fiscal do Contrato junto ao SIAC/SUPER FÁCIL.

7.1.10. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, apresentando-os com pontualidade e assiduidade, de acordo com os horários fixados pela Contratante.

7.1.11. Providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal a todos os empregados;

7.1.12. Providenciar senha para que o empregado tenha acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias;

7.1.13. Fixar domicílio bancário dos empregados terceirizados no Município no qual serão prestados os serviços;

7.1.14. Autorizar a abertura de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, aberta no nome da CONTRATADA e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Estado do Amapá, a fim de provisionar as rubricas de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e indenização compensatória do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como os encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

7.1.15. Autorizar o repasse direto aos empregados da remuneração mensal não paga pela CONTRATADA, quando houver retenção de faturas por inadimplemento ou não apresentação de certidões pela CONTRATADA;

7.1.16. Manter empregado e matriculado em cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento da Contratada, cujas funções demandem formação profissional, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 10.097/2000, e na Instrução Normativa n.º 146, de julho de 2018, que regulamentam a contratação de aprendizes.

7.1.16.1. Ficam legalmente dispensadas do cumprimento da cota aprendizagem as microempresas e as empresas de pequeno porte, optantes ou não pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, assim como as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional na modalidade aprendizagem, inscritas no Cadastro Nacional de Aprendizagem com curso validado, conforme disposto no art. 3º da Instrução Normativa n.º 146, de julho de 2018.

7.1.17. Realizar, às suas expensas, tanto na admissão como durante toda a vigência do contrato de trabalho dos seus empregados, todos os exames médicos exigidos por



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

força de lei, cuidando para que apresentem permanentemente um quadro de saúde, inclusive bucal e psicológica.

7.1.18. Responsabilizar-se pelo treinamento de qualificação dos empregados, necessário à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a contratante, com uma frequência suficiente para manter-se aprimorado e igualado o nível de execução dessa prestação de serviço, inclusive para aqueles que farão as substituições.

7.1.19. Providenciar para que todos os seus profissionais cumpram normas de segurança.

7.1.20. Controlar a frequência de seus funcionários por folha de ponto ou com seus próprios equipamentos e insumos (relógio de ponto, cartões de ponto, etc.), que serão instalados em local indicado pela contratante.

7.1.21. Substituir sempre que necessário ou quando exigido pela contratante, qualquer funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, ou ainda, incompatível com o exercício da função que lhe foi atribuída.

7.1.22. Promover a imediata substituição de empregados em caso de falta, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 01 (uma) hora após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação.

7.1.23. Prover pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros casos análogos obedecidos às disposições da legislação trabalhista vigente.

7.1.24. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante.

7.1.25. Cumprir as normas, regulamentos e posturas, pertinentes à atividade objeto do presente contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão.

7.1.26. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias no atendimento aos seus empregados acidentados ou com mal súbito, quando em serviço, por meio do seu representante.

7.1.27. Promover, quando a legislação o exigir, para regular a execução do objeto deste contrato, a obtenção de todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores.

7.1.28. Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios colocados à disposição dos serviços, garantindo-lhes a integridade, sendo de sua responsabilidade as despesas com a reparação decorrente de danos não oriundos do desgaste natural do uso e a reposição dos mesmos quando for o caso.

7.1.29. Manter diariamente limpos e higienizados todo o material utilizado na prestação dos serviços.

7.1.30. Verificar semanalmente quais os materiais utilizados na prestação dos serviços que deverão ser substituídos ou descartados.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

7.1.31. Confeccionar, distribuir e orientar os seus empregados para uso obrigatório de crachá identificador, com foto colorida, permitindo o acesso às dependências Do SIAC/SUPER FÁCIL.

7.1.32. A contratada não poderá repassar os custos de qualquer dos subitens acima a seus empregados.

7.1.33. Os materiais de consumo e equipamentos a serem fornecidos pela contratada deverão ser disponibilizados novos de primeiro uso.

7.1.34. Não será permitida a retirada dos materiais de consumo e equipamentos, colocados à disposição da contratante, exceto em caso de não atenderem às especificações objeto da contratação ou por motivos de manutenção ou substituição por similar ou de melhor tecnologia, cabendo prévia autorização do contratante.

7.1.35. No momento da assinatura do contrato, deverá ser identificado o endereço, telefone fixo, celular de contato da sede da empresa ou do escritório de representação da cidade onde os serviços serão prestados, bem como do preposto indicado pela contratada.

7.1.36. Os empregados que a contratada apresentar para a execução dos serviços não terão vínculo de qualquer natureza com a contratante e esta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da contratada.

7.1.37. Na eventual hipótese de vir a contratante a ser demandada judicialmente, a contratada ressarcirá de todas e quaisquer despesas que, em decorrência, vier a ser condenado a pagar, incluindo-se não só os valores judicialmente fixados, mas também outros alusivos à formulação da defesa.

7.1.38. A Contratada se responsabilizará pelos pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, encargos sociais e indenizações trabalhistas, encargos previdenciários, contribuições sociais, vale transporte, refeição e outros previstos na legislação e normas vigentes e que decorram de sua condição de empregadora. Dessa forma, é de responsabilidade da contratada:

a) Manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhistas de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da Contratante prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados;

b) Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, apresentando a Contratante, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes.

c) Fornecer aos seus empregados individualmente, os benefícios concedidos por força de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, suficiente para cada mês, até o último dia útil daquele que antecede ao mês de sua competência, tais como: Vale transporte, Auxílio Alimentação e outros.

d) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.

7.1.39. O atraso no pagamento de fatura por parte da contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulares.

7.1.40. O vale transporte deverá ser fornecido ao empregado, obedecendo ao itinerário de ida e volta a sua residência, até o último dia útil daquele que antecede ao mês de sua competência.

7.1.41. Cabe à contratada toda e qualquer responsabilidade por atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho.

7.1.42. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade por seus atos falhos.

7.1.43. A contratada deverá responder por danos ou por desaparecimentos de bens materiais, que venham a ser motivados por seus empregados, por prepostos a terceiros ou ao SIAC, desde que fique comprovada a responsabilidade, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções;

7.1.44. A contratante será devidamente autorizada a descontar o valor correspondente a danos, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial;

7.1.45. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

7.1.46. A contratada é proibida de transferir a outrem, sob qualquer regime, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

7.1.47. A contrata não pode se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário.

7.1.48. Deve, a contratada, manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista.

7.2. A Contratante fica obrigada a:

7.2.1. Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços através do Fiscal do Contrato designado pela autoridade competente, fornecendo as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços a que se referem este instrumento, participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, notificando a contratada quaisquer irregularidades na execução dos serviços.

7.2.2. Prover os recursos necessários à completa execução do contrato. Atestar através do Fiscal do Contrato as Notas Fiscais/Fatura de Serviços correspondentes às etapas



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento.

7.2.3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

7.2.4. Receber os empregados e prepostos da contratada, devidamente identificados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, promovendo às suas expensas a infraestrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias e outras que se apresentarem necessárias.

7.2.5. Elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não haja substituição pela contratada), com o horário e o dia da falta, o número de substituições ocorridas no mês.

7.2.6. Avaliar o desempenho dos serviços prestados pela contratada.

7.2.7. Cuidar para que o empregado da contratada somente receba ordens para a execução de tarefas, do preposto da empresa contratada, haja vista a sua subordinação à mesma. Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, estas deverão ser dirigidas ao preposto, que se incumbirá de tomar as providências cabíveis.

7.2.8. Não permitir que os empregados da contratada desempenhem funções que não as definidas no contrato e nos seus aditivos, e muito menos poderão ser utilizados para a realização de tarefas particulares, e;

7.2.9. Fiscalizar e controlar a confirmação da frequência dos empregados da contratada com acompanhamento do representante.

7.2.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

7.2.11. Exigir da contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

7.2.12. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, de acordo com as cláusulas e os termos de sua proposta.

7.2.13. Efetuar pesquisa de satisfação dos serviços de limpeza e conservação, semestralmente, visando apurar o grau de satisfação e os ajustes necessários à perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A garantia da execução do Contrato será nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação;

8.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

8.3. O valor da garantia deverá corresponder a 1% (um por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 02 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados;

8.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.4.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado e do não adimplemento das demais obrigações previstas em Contrato;

8.4.2. Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

8.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração da CONTRATANTE à empresa; e

8.4.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela empresa.

8.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 19.3 acima, observada a legislação que rege a matéria;

8.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em depósito bancário, em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;

8.7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

8.8. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à empresa, até o limite de 1% (um por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia, a serem depositados junto à conta bancária especificada, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;

8.9. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital e das cláusulas contratuais;

8.10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à empresa;

8.11. Será considerada extinta a Garantia:

8.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração da CONTRATANTE, mediante Termo Circunstanciado, de que a empresa cumpriu todas as Cláusulas do Instrumento Contratual;

8.11.2. Com o término da vigência do Contrato, observado o prazo previsto no item 8.1 acima, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

8.11.3. A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela empresa decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

8.11.4. Para efeitos da execução da Garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à empresa e/ou à Instituição garantidora no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato;

8.11.5. A garantia deverá ser integralizada na mesma modalidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do Contrato ou repactuação de preços, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do Contrato;

8.11.6. A perda da garantia em favor da CONTRATANTE, por inadimplemento das obrigações contratuais, dar-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. Conforme com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93, com alterações posteriores, o serviço será recebido da seguinte forma:

a) **Provisoriamente:** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da empresa, o qual poderá ser dispensado por se tratar de serviço profissional, conforme art. 74 da Lei n.º 8.666/93;

b) **Definitivamente:** Por servidor devidamente designado pela Fiscalização do Contrato, mediante Ordem de Execução de Serviços, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento provisório, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

9.2. Salvo disposições em contrário, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da empresa;

9.3. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e conforme IN/SLTI/MP nº 5/2017.

10.2. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do SIAC, devidamente designado através de Portaria pela autoridade competente devendo apurar e assentar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o contrato que exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.3. O Fiscal do Contrato emitirá Ordem de Execução de Serviços, a partir da data da assinatura do contrato, para ciência da contratada do início dos serviços.

10.4. Caberá ao Fiscal do Contrato monitorar a execução do contrato e exigir a qualidade efetiva dos serviços contratados, além de conferir a compatibilidade das Notas Fiscais/Faturas e documentação exigível para pagamento.

10.5. Caberá ainda ao Fiscal do Contrato:

10.5.1. Na Fiscalização inicial (no momento em que a terceirização é iniciada), elaborar planilha-resumo de todo o contrato. Ela conterá todos os empregados terceirizados que prestam serviços no órgão, com as seguintes informações: nome completo, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências, horas extras trabalhadas.

10.6. Caso o Fiscal observe que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade dos serviços, deverá comunicar a autoridade responsável, para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites previstos no §1º do artigo 65 da Lei 8.666/1993.

10.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento/Nota Fiscal da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas marcas, qualidade e formas de uso.

10.8. Caberá ao Fiscal do Contrato fiscalizar também o cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos trabalhadores objeto da terceirização.

10.9. O Fiscal do Contrato poderá examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados ao seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como conferir todas as anotações na carteira de trabalho, dando atenção especial quanto à função exercida, a remuneração e todas eventuais alterações dos contratos de trabalho, nos termos do Anexo IV da IN nº 05/2017, alteração pela IN nº 03/2009.

10.10. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no contrato, edital e legislação vigente, podendo culminar a rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei 8.666/1993.

10.11. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes:



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

- a) A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o artigo 175, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual, caso não regularize a situação no prazo conferido pela Administração;
- b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente;
- c) Pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- d) Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;
- e) Pagamento do 13º salário;
- f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;
- i) Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED;
- j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- k) Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao Contrato.

10.12. Em caso de rescisão contratual, o Fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outras atividades de prestação dos serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.13. O fiscal do contrato deverá observar ainda todas as responsabilidades e obrigações contidas no anexo IV da IN MPOG 05/2017 e alterações.

10.14. Conforme Art. 34 da IN nº 05/2017-SLTI/MP, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da qualidade e da formação profissional exigida;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- f) A satisfação do público usuário, servidores e comunidade.

10.15. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

10.16. Não obstante a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto contratado, ao Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, cabendo-lhe:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições e condições avençadas no edital, com seus anexos, contrato e proposta da empresa;
- b) Acompanhamento do serviço contratado e ateste das Notas Fiscais/Fatura;
- c) Comunicar à licitante qualquer ocorrência em registro, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas, inclusive solicitando a substituição de qualquer saneante domissanitário ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda que não atendam às necessidades;
- d) Realizar contatos diretos com a contratada;
- e) Apurar eventuais faltas da contratada que possam gerar a aplicação de sanções previstas no contrato, informando-as ao setor competente, sob pena de responsabilidades;
- f) Realizar gestão para sanar casos omissos, na sua esfera de atribuição, submetendo à autoridade superior as questões controvertidas decorrentes da execução da contratação, com o objetivo de dar solução às questões suscitadas, preferencialmente no âmbito administrativo;
- g) Ordenar a retirada imediata e substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

10.17. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para o contratante.

10.18. A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto da presente contratação, se em desacordo com a especificação deste Termo de Referência e da proposta de preços da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

11.1. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da Contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado a contratada a manutenção das condições efetivas da proposta inicial.

11.2. A repactuação de preços será concedida, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

11.2.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação, decorrente da variação dos custos da mão de obra, será contado a partir da data do acordo,



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, devendo repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

11.2.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

11.3. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, exclusivamente para os itens que as motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, com a comprovação do aumento dos custos ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

11.5. A contratada deverá exercer o direito à repactuação, pleiteando o reconhecimento deste perante a Administração, a partir do terceiro dia da data do registro, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego, do acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato.

11.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

11.7. A Administração disporá de até 60 (sessenta) dias para a decisão sobre o pedido de repactuação, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

11.7.1. Este prazo ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.8. A Administração poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

11.9. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

11.10. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

11.11. Nas situações abaixo relacionadas, o contrato poderá ser prorrogado e o instrumento de aditamento da prorrogação poderá conter cláusula - por solicitação da contratada, acompanhada das devidas justificativas, desde que não tenha dado causa para o descumprimento do prazo estabelecido neste item para solicitação de repactuação, ou por interesse da Administração, devidamente justificado – prevendo a possibilidade de repactuação pretérita com efeitos financeiros desde a data



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

estabelecida no acordo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa que alterou o salário da categoria profissional:

11.11.1. O Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho não tiver sido registrado até a data da prorrogação contratual;

11.11.2. Se o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho for registrado ou procedida à solicitação de repactuação, em data próxima à da prorrogação contratual, no caso em que o processamento da repactuação poderá, justificadamente, prejudicar a prorrogação;

11.11.3. Qualquer outra situação em que a Contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de repactuação não tenha sido feita no prazo estabelecido neste item, ou que haja interesse da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

12.1. Com base na Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, visando à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, o SIAC/SUPER FÁCIL poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no Art. 19-A, c/c a prescrição constante do anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017 (alterada pela IN SLTI/MPOG nº 03/2009), os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- a) Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

12.2. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este subitem, poderão ser destacadas do valor mensal do contrato e depositados na citada conta vinculada, aberta em nome da Contratada, junto à instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

12.3. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

12.4. A movimentação da conta vinculada será efetivada mediante autorização do SIAC, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

12.5. A contratada poderá solicitar a autorização ao SIAC para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

12.6. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a contratada deverá apresentar ao SIAC os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

12.7. O SIAC expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

12.8. A contratada deverá apresentar ao SIAC/SUPER FÁCIL, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

12.9. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à contratada, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.

12.10. O SIAC/SUPER FÁCIL, fundamentado no inciso II, do Art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017, poderá providenciar a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados à execução do contrato, observada a legislação específica.

12.11. O SIAC/SUPER FÁCIL, fundamentado no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017, poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. O objeto contratado poderá sofrer **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES no limite percentual de 25%**, mediante celebração de Termo Aditivo, de acordo com o disposto no Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multas que poderão ser recolhidas em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, por meio de Documento a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação:



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

b.1) 0,5% ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na emissão dos bilhetes de passagem, limitada a incidência de 15 dias. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) De até 20% sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) De até 30% sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) Impedimento de licitar e contratar com o Estado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, no caso de falha ou fraude na execução do contrato, ou cometimento de fraude fiscal.

14.2. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.3. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e judicialmente.

14.4. Se o **licitante** não comprovar as condições de habilitação no ato da contratação, não apresentar a documentação exigida para celebração do contrato, ou recusar-se injustificadamente em firmar o instrumento de Contrato em até 05 (cinco) dias úteis da convocação, poderá ser convocado outra(s) **licitante(s)**, sucessivamente desde que respeitada a ordem de classificação da licitação para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e das demais cominações legais.

14.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

14.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e, subsidiariamente, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999.

14.8. A competência para processamento das penalidades, antes da homologação da Licitação, é da Central de Licitações e Contratos. Após, a responsabilidade será do respectivo órgão Contratante.

14.9. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

14.10. A CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA,



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo à eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no Art. 45 da Lei nº 9.784/1999.

14.11. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.12. Aplicada à penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas condições deste Edital, a licitante será notificada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

14.13. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.15. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/1993 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

14.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.17. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Estado, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

14.17.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.18. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. De acordo com o Art. 77 da Lei nº 8.666/93, o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE, sem ônus de qualquer espécie para esta e sem prejuízo do disposto nas Penalidades, o direito de dá-lo por rescindido;

15.2. A rescisão se efetuará mediante notificação através de ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo dos demais motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

15.3. A rescisão do contrato dar-se-á nas seguintes modalidades, consoante estabelece o Art. 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para este nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII, do Art. 78 da mesma Lei, e sem prejuízo do disposto na Cláusula "Das Penalidades";

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração CONTRATANTE; e

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada, devidamente ratificada pelo Gestor da CONTRATANTE;

15.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, para que não haja a imediata interrupção dos serviços;

15.6. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002; na Lei nº 8.666/1993, subsidiariamente, ao contido na Lei nº 8.078/1990 (CDC); demais normas aplicáveis e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O presente Contrato deverá ser publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado do Amapá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura, conforme preceitua o art.61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA



Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

18.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **12 (doze) meses**, com início na data de 03/12/2021 e encerramento em 03/12/2022, sendo que a vigência inicialmente prevista poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante a celebração de Termos Aditivos, limitado a 60 (sessenta) meses, já computados os iniciais, conforme disposto no Art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;
- c) O contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;
- d) A administração ainda tenha interesse na realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O Foro deste contrato é o da Comarca de Macapá-AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável.

E por estarem assim, justos e contratados, o presente instrumento será lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem.

Macapá-AP, 03 de dezembro de 2021.

JÚNIOR GOMES DA SILVA
(SIAC – SUPER FÁCIL)
CONTRATANTE

DEBORA HELENA
VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258

Assinado de forma digital por
DEBORA HELENA VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258
Dados: 2021.12.07 19:41:57 -03'00'

DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA
(CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI)
CONTRATADA



Cód. verificador: 63227543. Cód. CRC: F5A058A
Documento assinado eletronicamente por JÚNIOR GOMES DA SILVA em 07/12/2021 17:23, conforme decreto nº 0629/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdocs.ap.gov.br/autenticador>





Governo do Estado do Amapá
Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão
Unidade de Contratos e Convênio
Rua Cândido Mendes, 448-Centro
Fone: (96) 2101 6401/Email: gabinete@superfacil.ap.gov.br

ANEXO I

OBS.: Conforme especificações, quantitativos e preços vinculados ao Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE e seus anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência, bem como, de acordo com a Proposta de Preço apresentada pela CONTRATADA, devidamente adjudicada e homologada no Processo SIGA nº 00002/SIAC/2020.



Cód. verificador: 63228090. Cód. CRC: 2DFCA3C
Documento assinado eletronicamente por JUNIOR GOMES DA SILVA em 07/12/2021 17:27, conforme decreto nº 0629/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdos.ap.gov.br/autenticador>





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIO

CONTRATAÇÃO SUBMETIDA A APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2021

(Vinculado ao Processo 00002/SIAC/2020 - PRODOC 0012.0627.0830.0001/2022)

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DO SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC/SUPERFÁCIL E A EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI, CNPJ nº 07.546.074/0001-77 PARA OS FINS ABAIXO DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **ESTADO DO AMAPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC**, inscrita no CNPJ nº 00.394.577/0001-25, situada na Rua Cândido Mendes, 448-Centro, 68906-974 – Macapá-AP, neste ato representado por sua Diretora Geral, **LUZIA BRITO GRUNHO**, brasileira, casada, paraense, RG nº 423602, CPF nº 940.798.708-68, residente na Avenida Procópio Rola, nº 456, APT 102, Edifício Salles, bairro Central, nesta cidade de Macapá-AP, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 07.546.074/0001-77, com sede na Vila das Oliveiras, nº 171, Pedrinhas, CEP 68903-126 – Macapá-AP, neste ato representado por **DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 7960535 e nº 040.559.332-58, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente **CONTRATO** em regime de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Este Contrato é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Estadual nº 2.648/2007 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE e seus anexos, constantes nos Processos SIGA nº 0002/SIAC/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente termo aditivo tem como objeto alterar a Cláusula Quarta, precisamente o item 4.2, assim como a Cláusula Décima Oitava, em especial o item 18.1, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"4.2. O preço do objeto deste Contrato foi estabelecido no valor global anual reajustado de R\$ 2.373.526,75 (dois milhões, trezentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos), com valor mensal de R\$ 197.793,89 (cento e noventa e sete mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos) sendo executado e pago de acordo com a certificação do serviço, conforme valores definidos na Planilha de Formação de Preços e Composição de Custo da empresa reformulada, conforme Termo de Referência e Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021 – CLC/PGE".

"18.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 03/12/2022 e encerramento em 02/12/2023, podendo ser prorrogada por iguais e





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIO

sucessivos períodos, mediante a celebração de Termos Aditivos, limitado a 60 (sessenta) meses, já computados os iniciais, conforme disposto no Art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- b) A contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;*
- c) O contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;*
- d) A administração ainda tenha interesse na realização do serviço”*

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:

3.1. Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo Original, não modificadas direta ou indiretamente por este Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

4.1. O presente Aditivo terá seu Extrato publicado no Diário Oficial do Estado, conforme disposto no parágrafo único do art. 61, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:

5.1. Fica eleito o foro da cidade de Macapá/AP, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Aditivo de Cessão de Uso, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Macapá-AP, 23 de novembro de 2022.

LUZIA BRITO GRUNHO

Diretora Geral do SIAC
Decreto nº 2097/2017
CONTRATANTE

DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA

CPF nº 040.559.332-58
Representante
CONTRATADA





**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2021-SIAC
Processo SIGA 00002/SIAC/2020**

DEBORA
HELENA VIEIRA
DE
OLIVEIRA:04055
933258

Assinado de forma
digital por DEBORA
HELENA VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258
Data: 2023.12.06
16:03:40 -03'00'

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ,
POR INTERMÉDIO DO SISTEMA INTEGRADO
DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
SIAC/SUPERFÁCIL E A EMPRESA CACTOS
SERVIÇOS GERAIS EIRELI, PARA OS FINS
ABAIXO**

DECLARADOS. Pelo presente instrumento, de um lado, o ESTADO DO AMAPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC, inscrita no CNPJ nº 00.394.577/0001-25, situada na Rua Cândido Mendes, 448-Centro, 68906-974 – Macapá- AP, neste ato representado por sua Diretora Geral Srª. Renata Apóstolo Santana, brasileira, RG nº 250091/AP, CPF nº 611.972.972-00, residente a Avenida Iracema Castro Santos nº 2801, Novo Horizonte nesta cidade de Macapá-AP, nomeada pelo Decreto de nº 0020/2023, **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.546.074/0001-77, com sede na Vila das Oliveiras, nº 171, Pedrinhas, CEP 68903-126, Macapá-AP, neste ato representado por DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 7960535 e nº 040.559.332-58, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente CONTRATO em regime de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Este Contrato é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Estadual nº 2.648/2007 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE e seus anexos, constantes nos Processos SIGA nº 00002/SIAC/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente termo aditivo tem como objeto alterar a Cláusula Quarta, item 4.2, que trata do VALOR DO CONTRATO, e a Cláusula Décima Oitava, item 18.1, que trata do PRAZO DE VIGÊNCIA, e que passará a vigorar com a seguinte redações:

"4.2. O preço do objeto deste Contrato foi estabelecido no valor global anual repactuado de R\$ 3.056.622,00 (Três milhões, cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais), e mensal de R\$ 254.718,50 (duzentos e cinquenta e quatro



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta centavos, sendo executado e pago de acordo com a certificação do serviço, conforme valores definidos na Planilha de Formação de Preços e Composição de Custo da empresa .”

“18.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses com início em 04/12/2023 e encerramento em 03/12/2024, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante a celebração de Termos Aditivos, limitado a 60 (sessenta) meses, já computados os iniciais, conforme disposto no Art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;
- c) O contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;
- d) A administração ainda tenha interesse na realização do serviço”

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes deste Termo do Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: Unidade Gestora 130.103 – SIAC, a Conta Contábil 622110101 – Crédito Disponível na Conta Corrente 1.13.103.04.122.0066.2577.0.1.5.00.000000.3.3.90.37– LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, no decorrer do exercício financeiro 2023 e bem como previsto na LOA – 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo Original, não modificadas direta ou indiretamente por este Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente ADITIVO deverá ser publicado por meio de extrato no Diário Oficial do Estado, conforme disposto no parágrafo único do art. 61, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da cidade de Macapá/AP, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Aditivo , com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente ADITIVO, em 02 (duas) vias, obrigando-se por si e seus sucessores, a cumprir e respeitar o presente em todos os seus termos e para todos os fins e efeitos de direito.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

CONTRATANTE
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC
RENATA APOSTOLO SANTANA
Diretora Geral SIAC/Super Fácil
Decreto nº0020/2023

DEBORA HELENA
VIEIRA DE
OLIVEIRA:040559
33258

Assinado de forma
digital por DEBORA
HELENA VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258
Dados: 2023.12.06
14:04:40 -03'00'

CONTRATADA
EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI
CNPJ nº 07.546.074/0001-77
DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1 _____

CPF: _____

2 _____

CPF: _____



Cód. Verificador: 201839726, Cód. CRC: 2389994

Documento assinado eletronicamente por RENATA APOSTOLO SANTANA em 06/12/2023, conforme decreto nº 0020/2023. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador>





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2021-SIAC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DO SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO SIAC/SUPERFÁCIL E A EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI, PARA OS FINS ABAIXO

DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA:04055933258
Assinado de forma digital por DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA:04055933258
Dados: 2024.05.17 14:03:27 -0300

DECLARADOS. Pelo presente instrumento, de um lado, o ESTADO DO AMAPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC, inscrita no CNPJ nº 00.394.577/0001-25, situada na Rua Cândido Mendes, 448-Centro, 68906-974 – Macapá- AP, neste ato representado por sua Diretora Geral Srª. Renata Apóstolo Santana, brasileira, RG nº 250091/AP, CPF nº 611.972.972-00, residente a Avenida Iracema Castro Santos nº 2801, Novo Horizonte nesta cidade de Macapá-AP, nomeada pelo Decreto de nº 0020/2023, **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI, inscrita nº CNPJ nº 07.546.074/0001-77, com sede na Vila das Oliveiras, nº 171, Pedrinhas, CEP 68903-126, Macapá-AP, neste ato representado por DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 7960535 e nº 040.559.332-58, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente CONTRATO em regime de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Este termo aditivo é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Estadual nº 2.648/2007 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE e seus anexos, constantes nos Processos SIGA nº 00002/SIAC/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente termo aditivo tem como objeto alterar a Cláusula Quarta, – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO e que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.1. As despesas decorrentes deste termo ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 130103 - SIAC; Fonte de Recurso: 500 - Programas de Trabalho 1131030412200062555- MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - SIAC, Elemento de Despesa: 339037 – Locação de mão de obra.

4.2. O preço mensal do objeto deste termo passará de R\$ 254.718,50 (duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta centavos), para R\$ 315.192,72 (trezentos e quinze mil, cento e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), e o valor global anual passará de R\$ 3.056.622,00 (três milhões, cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

reais), para R\$ 3.782.310,72 (três milhões setecentos e oitenta e dois mil, trezentos e dez reais e setenta e dois centavos), com base no percentual aproximado de 23,74%, conforme valores definidos na Planilha de Formação de Preços e Composição de Custo da Empresa." a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo Original, não modificadas direta ou indiretamente por este Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente ADITIVO deverá ser publicado por meio de extrato no Diário Oficial do Estado, conforme disposto no parágrafo único do art. 61, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da cidade de Macapá/AP, para dirimir quaisquer questões oriundas deste aditivo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente ADITIVO, em 02 (duas) vias, obrigando-se por si e seus sucessores, a cumprir e respeitar o presente em todos os seus termos e para todos os fins e efeitos de direito.

Macapá-AP, 17 de maio de 2024.

CONTRATANTE

SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC

RENATA APOSTOLO SANTANA

Diretora Geral SIAC/Super Fácil

Dec. nº0020/2023

DEBORA HELENA
VIEIRA DE
OLIVEIRA:040559
33258

Assinado de forma
digital por DEBORA
HELENA VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258
Dados: 2024.05.17
14:08:05 -03'00'

CONTRATADA

EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI

DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA
Representante Legal





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

TESTEMUNHAS:

1 _____

CPF: _____

2 _____

CPF: _____

DEBORA HELENA
VEIRA DE
OLIVEIRA 040559
33258

Assinado de forma digital
por DEBORA HELENA
VEIRA DE
OLIVEIRA 04055933258
Data: 2024.05.17
14:09:21 -03'00'





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ANUAL
CONTRATO Nº 011/2020-SIAC

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	PARCELAS	MÊS	VALOR MENSAL (R\$)
13.103.1.04.122. 0006. 2555.0.1.5.00.0	33.90.37	500	EXERCICIO 2024		
			01	MAIO (14 DIAS)	142.345,10
			02	JUNHO	315.192,72
			03	JULHO	315.192,72
			04	AGOSTO	315.192,72
			05	SETEMBRO	315.192,72
			06	OUTUBRO	315.192,72
			07	NOVEMBRO	315.192,72
			08	DEZEMBRO	20.335,01
VALOR TOTAL (R\$)					2.053.836,43

Macapá – AP, 17 de agosto de 2022.

CONTRATANTE
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC
RENATA APOSTOLO SANTANA
Diretora Geral SIAC/Super Fácil
Dec. nº0020/2023

DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA.04055933258
Assinado de forma digital por DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA.04055933258
Dados: 2024.05.17 14:08:41 -03'00'

CONTRATADA
EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI
DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA
Representante Legal

TESTEMUNHAS

1 _____

CPF:

2 _____

CPF:





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2021-SIAC
Processo SIGA 00002/SIAC/2020

DEBORA
HELENA VIEIRA
DE
OLIVEIRA 04055
933258

A estado de terra
do Brasil
HELENA VIEIRA DE
OLIVEIRA 04055
933258

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO
AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DO SISTEMA
INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO
CIDADÃO SIAC/SUPERFÁCIL E A EMPRESA
CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI, PARA
OS FINS ABAIXO.

DECLARADOS. Pelo presente instrumento, de um lado, o ESTADO DO AMAPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC, inscrita no CNPJ nº 00.394.577/0001-25, situada na Rua Cândido Mendes, 448-Centro, 68906-974 – Macapá- AP, neste ato representado por sua Diretora Geral Srª. Renata Apóstolo Santana, brasileira, RG nº 250091/AP, CPF nº 611.972.972-00, residente a Avenida Iracema Castro Santos nº 2801, Novo Horizonte nesta cidade de Macapá-AP, nomeada pelo Decreto de nº 0020/2023, **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.546.074/0001-77, com sede na Vila das Oliveiras, nº 171, Pedrinhas, CEP 68903-126, Macapá-AP, neste ato representado por DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 7960535 e nº 040.559.332-58, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente CONTRATO em regime de execução indireta, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Este Termo é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Estadual nº 2.648/2007 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2021-CLC/PGE e seus anexos, constantes nos Processos SIGA nº 00002/SIAC/2020 e Parecer Jurídico Nº 874/2024 – PLCC/PGE/AP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente termo aditivo tem como objeto alterar a Cláusula Quarta, item 4.2, que trata do VALOR DO CONTRATO, e a Cláusula Décima Oitava, item 18.1, que trata do PRAZO DE VIGÊNCIA, e que passará a vigorar com as seguintes redações:

4.2. O preço mensal do objeto deste termo passará o valor mensal de 315.192,72 (trezentos e quinze mil, cento e noventa e dois reais e setenta e dois centavos) para R\$ 382.997,83 (trezentos e oitenta e dois mil





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

novecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos), e o valor global de 3.782.310,72 (três milhões setecentos e oitenta e dois mil, trezentos e dez reais e setenta e dois centavos) para R\$ 4.595.973,96 (Quatro Milhões e Quinhentos Noventa e Cinco Mil e Novecentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Seis Centavos), com base no percentual correspondente a 6,97% da repactuação de preços conforme à Convenção Coletiva de Trabalho C.C.T DE 2024/2024 SOB O Nº AP000008/2024.

18.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses com início em 03/12/2024 e encerramento em 02/12/2025, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante a celebração de Termos Aditivos, limitado a 60 (sessenta) meses, já computados os iniciais, conforme disposto no Art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;
- c) O contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;
- d) A administração ainda tenha interesse na realização do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes deste termo ocorrerão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 130103 - SIAC; Fonte de Recurso: 500 - Programas de Trabalho 1131030412200062555- MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - SIAC, Elemento de Despesa: 339037 – Locação de mão de obra.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo Original, não modificadas direta ou indiretamente por este Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente ADITIVO deverá ser publicado por meio de extrato no Diário Oficial do Estado, conforme disposto no parágrafo único do art. 61, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da cidade de Macapá/AP, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Aditivo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente ADITIVO, em 02 (duas) vias, obrigando-se por si e seus sucessores, a cumprir e respeitar o presente em todos os seus termos e para todos os fins e efeitos de direito.

DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA:04055933258
Assinado de forma digital por DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA:04055933258
Dados: 2024.12.02 10:24:26 -03'00'

Macapá-AP, 02 de dezembro de 2024.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATANTE
SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SIAC
RENATA APOSTOLO SANTANA
Diretora Geral SIAC/Super Fácil
Decreto nº0020/2023

DEBORA HELENA VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258
33258

Assinado de forma digital
por DEBORA HELENA
VIEIRA DE
OLIVEIRA:04055933258
Dados: 2024.12.02
10:24:50 -03'00'

CONTRATADA
EMPRESA CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI
CNPJ nº 07.546.074/0001-77
DEBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1 _____

CPF: _____

2 _____

CPF: _____

